

Charge **Padron**

Dia a Dia

E-mail: diaadia@atribuna.com.br

Blog: atribuna.com.br/blogdiaadia

Para o que der e vier

No mundo da política, quem é vivo sempre aparece. É o caso dos suplentes de coligação eleitoral que, vez por outra, têm a chance de assumir a vaga de um vereador eleito. Na Câmara de Santos, quem deu as caras foi um velho conhecido da Casa: o ex-vereador Geonísio Aguiar, o Boquinha (PMDB), que teve a incumbência de substituir seu companheiro de partido, Roberto Oliveira Teixeira, nesta semana. Mas se não fosse por sua costumeira contundência em plenário demonstrada na sessão de segunda-feira, o peemedebista teria passado despercebido. Como a sessão marcada para ontem foi cancelada (ver abaixo), a passagem do suplente acabou se limitando àquele único encontro. “Foi rápido, mas valeu para reencontrar os amigos”, resignou-se.

De volta ao ringue

Primeiro suplente da coligação PMDB/PT do B/PSD, Boquinha aproveitou a chance para exercitar a verve contestadora. Na segunda, travou um intenso debate com o vereador Cacá Teixeira (PSDB), ex-secretário de Assistência Social, cuja atuação na pasta sempre foi alvo de críticas do peemedebista na legislatura passada.

Pole position

Os pedidos de licença temporária não são raros. Ao longo da última legislatura (2009-2012), em 11 ocasiões os suplentes tiveram de suprir a ausência dos titulares da vaga. Na atual, Boquinha estreou a lista.

Vim, vi e fiquei

Não se está levando em conta o caso excepcional da vereadora Fernanda Vannucci (ex-PPS, atual MD). Primeira suplente do PPS, desde fevereiro ela substituiu o vereador eleito Marcelo Del Bosco, que se licenciou do cargo para assumir a Secretaria de Defesa da Cidadania de Santos.

Perda

A sessão de ontem na Câmara santista foi cancelada em razão do falecimento, quarta-feira, da servidora municipal Eva Aparecida Santos, filha do vereador Manoel Constantino (PMDB). Ex-chefe do Departamento de Assessoria Legislativa da Casa, ela foi enterrada ontem. O Regimento Interno prevê a suspensão dos trabalhos em situações semelhantes.

Educação primária (1)

“A escola é uma graça. É triste vê-la desse jeito”, lamentou a secretária de Educação de Santos, Jossélia Fontoura, sobre a invasão da creche Maria Luíza Simões Ribeiro, no Saboó, na madrugada de ontem. Além de danificarem vários objetos, os vândalos urinaram dentro da geladeira onde se armazenava a merenda das crianças.

Educação primária (2)

Para recuperar e higienizar o local, a unidade ficará sem aulas até segunda-feira. “A escola não é minha, não é do prefeito, é da comunidade”, disse a secretária. Ela pede que a população auxilie na identificação dos suspeitos.

“Estou convencido de que nunca estive tão próximo do PT ganhar em São Paulo como agora”

Do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a eleição para o Governo do Estado em 2014.



Falta de áreas livres, dificuldade em obter licença ambiental e terrenos caros são fatores que impedem a expansão de habitações populares

Região carece de áreas para moradia popular

Segundo o Ministério das Cidades, oferta é pequena para quem ganha até R\$ 1.600,00

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

Na região, o número de moradias às famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, contratadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), é considerado muito baixo pelo Ministério das Cidades.

A falta de áreas livres, a dificuldade para a obtenção de licenças ambientais no Estado e terrenos cada vez mais caros são alguns dos problemas para justificar o mau desempenho.

A afirmação é da diretora do Departamento de Produção Habitacional da pasta, Maria do Carmo Avesani. Ela interagiu com prefeitos e técnicos da região, por meio de uma videoconferência, durante um encontro realizado ontem na superintendência da Caixa Econômica Federal, em Santos.

O evento foi organizado pelo secretário nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Júlio Eduardo do Santos. É a primeira atividade oficial dele desde que assumiu o cargo, há cerca de um ano.

De acordo com a representante do Governo Federal, essa modalidade de parceria – na qual as empresas são responsáveis pela apresentação de projetos de moradias – não é uma realidade em cinco municí-

Problemas

A diretora do Departamento de Produção Habitacional do Ministério das Cidades, Maria do Carmo Avesani, vê a dificuldade para a obtenção de licenças ambientais como uma das principais queixas dos empresários da construção civil que participam do Programa Minha Casa, Minha Vida. Para tentar resolver esse imbróglio, deverá ser realizada uma reunião com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente

pios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Mongaguá e Santos.

“Estamos à disposição para ouvir as dificuldades que os gestores enfrentam e encontrar soluções, em parceria com a Caixa. Queremos resolver essas questões com o objetivo de diminuir o elevado déficit habitacional na Baixada Santista”.

Essa iniciativa já está estabelecida em Itanhaém, Peruíbe, São Vicente e Praia Grande, onde o número de unidades contratadas é considerado baixo (200). Os dados das demais cidades não foram divulgados.

“O Programa Minha Casa, Minha Vida é um importante instrumento para evitar a ocupação desordenada. Se não produzirmos moradias para pessoas de baixa renda em locais adequados, essa conta chegará para os gestores públicos e o passivo será grande”, destacou a representante do Ministério das Cidades, que é santista.

Maria do Carmo crê que

uma forma de incrementar essa modalidade de financiamento com recursos do FAR é estabelecer uma parceria com o projeto Casa Paulista, do Governo do Estado, que subsidia a aquisição da casa própria.

Essa foi uma alternativa encontrada para erguer mais apartamentos na região metropolitana de São Paulo, que também tem dificuldades com o elevado custo de terrenos.

DIFICULDADES

O secretário de Habitação de São Vicente, Emerson Santos, explicou que o Município tem dificuldade para obter áreas disponíveis para o Minha Casa, Minha Vida.

Porém, a Administração conseguiu registrar em cartório áreas que estavam com problemas. “Isso permitirá que possamos acelerar a apresentação de terrenos para a construção de empreendimentos”, frisou.

Conforme a prefeita de

Cubatão, Marcia Rosa (PT), os preços das glebas subiram muito nos últimos anos e há uma grande dificuldade de encontrar locais disponíveis, devido às áreas de preservação ambiental da cidade.

Esse modelo de contratação de unidades com recursos do FAR permite que as prefeituras sejam ressarcidas pela desapropriação de um terreno. Contudo, a Administração precisa ter um fluxo de caixa para adotar a medida, o que é pouco provável diante da dificuldade financeira da maioria das prefeituras locais.

A chefe do Executivo de Guarujá, Maria Antonieta de Brito (PMDB), aproveitou a ocasião para verificar a possibilidade de resolver alguns impasses para erguer moradias no bairro Cachoeira, em parceria com a iniciativa privada.

Assim como Marcia Rosa, a prefeita de Guarujá reclamou das dificuldades de obtenção de licenciamento ambiental para a erradicação de favelas. Hoje, cerca de 35 mil famílias da cidade vivem em moradias subnormais.

“Muitas vezes, o Ministério Público quer que as remoções de certos locais, mas não quer que façamos as unidades nos espaços em que temos disponibilidade”.

R\$ 1,4 bi carimbados para a Baixada

■ A Baixada Santista está sendo beneficiada nos próximos anos com mais de R\$ 1,4 bilhão provenientes do Ministério das Cidades para financiar projetos ligados às áreas de transporte e pavimentação.

Dos R\$ 3,7 bilhões previstos para o Estado no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) 2 – Mobilidade Urbana – Cidades Médias, 35% dos recursos serão destinados para obras na região.

Segundo Júlio Eduardo dos Santos, da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, a maior parte desse montante terá como finalidade tirar do papel o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que fará o trajeto Santos-São Vicente.

“No financiamento desse projeto do Estado, está incluso um estudo para fazer um anel do VLT, ligando o Valongo a São Vicente, via avenidas Nossa Senhora de Fátima e Antô-

Investimentos do Governo Federal

Município	Valor de financiamento aprovado (em milhões de R\$)	Projetos em seleção (em milhões R\$)
Bertioga	26,25	62,30
Cubatão	0	126,81
Guarujá	13,71	44,21
Itanhaém	40,39	16,22
Mongaguá	5,71	0,239
Peruíbe	12	15,25
Praia Grande	70,58	78,71
Santos	290,67	398,60
São Vicente	30	44,21
Estado	916,90	0
Total	1.406,21	786,54

Fonte: Ministério das Cidades

nio Emmerich”, afirmou.

Santos também implantará um sistema de transporte coletivo com corredores, ponte, viaduto e teleférico, integrando a Zona Noroeste e Morros à região central. O projeto está orçado em R\$ 50 milhões – sen-

do R\$ 39 milhões ao teleférico.

Praia Grande terá R\$ 70,5 milhões para criar corredores de ônibus nas avenidas marginais da Via Expressa Sul. Já São Vicente, R\$ 30 milhões para essa mesma finalidade, e para implantar ciclovias.

SANEAMENTO

Júlio destacou ainda que as prefeituras pediram R\$ 786,3 milhões para a terceira etapa do PAC 2 – Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (ver quadro). As propostas ainda estão sob análise.

O chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Gustavo Zarif Frayha também esteve em Santos e destacou os investimentos nessa área, na região.

A Baixada Santista já foi e ainda será contemplada com R\$ 3,4 bilhões em obras para a melhoria de abastecimento de água, implantação de redes de esgoto e manejo de águas pluviais.

Ele destacou ainda que os prefeitos devem concluir os planos municipais de saneamento, já que essa é uma condição obrigatória para as cidades terem acesso a verbas federais a partir do próximo ano.